TL4305

MAU CAÇA

REFLEXÃO SOBRE OS CAMINHOS PARA A UNIDADE

COIMBRA 1998

À

Comissão Organizadora da Convenção

OPINIÕES GERAIS PARA AJUDAR O DEBATE

"Os timorenses no exterior estão mais preparados para fazer discursos sobre a valentia, a coragem e a determinação do nosso povo, sem perceber que esse preço exige que todos quantos temos o dever de o representar, nos esqueçamos de nós mesmos ... e nos portemos como combatentes da Pátria, aptos a sacrifícios, aptos a sacrificar pequenos interesses..." (**Parágrafo 11**)

"O nosso povo pede humildade de cada um de nós, sinceridade de cada um de nós, entrega de cada um de nós..." (**Parágrafo 12**)

"...não tivemos nem coragem nem humildade para reconhecermos que cada um é apenas uma peça de uma extraordinária máquina de pensar, com a rsponsabilidade de agir agora e com a capacidade de definir o melhor futuro para Timor-Leste." (**Parágrafo 16**)

"Os partidos têm que partir da intenção de servir o nosso povo e não servir a eles mesmos servindo-se do nosso povo". (**Parágrafo 24**)

"...educar a todos os timorenses, indiscriminadamente, no amor, na amizade, na mútua compreensão, na abertura de espíritos e no apoio mútuo". (**Parágrafo 39**)

"...incapazes de nos educarmos a olhar para o futuro, incapazes de abrirmos os olhos para ter sonhos lindos também, que podem ser realizáveis." (**Parágrafo 46**)

"Continuando nesta morbidez do espírito, poderemos vir a ser sacudidos pela surpresa dos factos e prevejo uma enorme confusão política, pela impreparação de todos de controlar a si mesmos e consequentemente o todo da situação, inaptos de pensar com sagacidade e calma, que se exigem em momentos cruciais." . **(Parágrafo 47)**

Citações da carta do Comandante Xanana Gusmão enviada ao GMRT-LS..

Tendo estas transcrições como pano de fundo e por julgar necessário o contributo de todos os timorenses, repito, todos os timorenses, desejo através deste documento, dar o meu contributo, "*:..com humildade, amizade, mútua compreensão, abertura de espírito e apoio mútuo,...*" (**Xanana Gusmão, parágrafo 39, na sua carta dirigida ao GMRT-LS**) à Comissão constituída, manifestando a minha opinião em vários aspectos, que ao longo deste documento pretendo apresentar, e sugerir algumas soluções, no sentido de, com as minhas ideias, sempre discutíveis, encontrar uma solução que sirva os interesses de todos os timorensese, e não de apenas alguns, principalmente dos compatriotas que mais esperam de nós, "*...do nosso simples e honesto povo...*" (**Xanana Gusmão, parágrafo 39, na sua carta dirigida ao GMRT-LS**)

Aproveito para saudar e agradecer o Sr. Rev. Padre Francisco Maria Fernandes, a atenção que teve para comigo, ao enviar-me de Macau, a carta do nosso líder Xanana Gusmão, carta essa que tive o cuidado de a ler com muita atenção. Ela traduz de uma forma extremamente eloquente as preocupações que cada timorense sério e honesto, no cantinho mais íntimo do seu coração guarda, juntamente com o sofrimento contínuo de 23 anos,do povo de Timor.

A carta do nosso líder da Resistência, consagra em cada parágrafo e em cada palavra, o seu perfil de verdadeiro líder. Em minha opinião, é líder incontestável até ao momento, com uma visão magistral da nossa realidade, fruto do conhecimento adquirido na escola das dificuldades e do perigo da luta. Lanço um apelo a todos os timorenses para que tenham sempre presentes todas as indicações nela contidas, porque, de facto, é um documento importantíssimo que nos servirá de guião para o congresso, quer no aspecto da sua organização, quer ainda no decurso do mesmo. Espero, será um fórum onde se privilegia a livre intervenção de todos os timorenses.

Alguns sectores minoritários da comunidade timorense na diáspora, digo isso com muita mágoa, sofrem de várias doenças: "politiquice, intelectualite, oportunite, teorite, exibicionite política, protagonite" e outras. O vírus é o protagonismo fácil. Não estão aptos a gerar um trabalho capaz de operar a tão desejada unidade dos timorenses. Como diz o Líder da Resistência Timorense: "*Como intelectuais timorenses e dirigentes de partidos e grupos, ainda não aprendemos do nosso Povo sobre o conceito "sacrifício"*""",(Xanana Gusmão, parágrafo 9 da carta ao GMRT).

Uma obra qualquer bem construída é aquela que é pensada e edificada a partir da raiz. Da base. Como é possível que alguns dos nossos intelectuais, com maior gravidade para os políticos, ainda não se aperceberam que a raiz, base de toda a luta se assenta na AUTODETERMINAÇÃO!? Se por várias vezes a ela referiram como prioritária, cada vez mais me convenço que o terão feito apenas por oportunismo e fácil protagonismo. Denota-se grande ausência de convicção. Não se vislumbra na prática comportamento a ela adequado.

Penso que é importante questionarmos, como sugestão:

1. - Qual a verdadeira prioridade na nossa luta, no momento actual?
2. - É ou não importante uma unidade real, e não apenas estratégica, de todos os timorenses?
3. - Ao longo dos 23 anos, que tipo de ideias, comportamentos, atitudes, contribuiram e contribuem para a falta de unidade dos timorenses na diáspora?
4. - Os partidos políticos são ou não importantes?
5. - As organizações juvenis ou outras, são ou não importantes?
6. - Na hieraraquia das prioridades o que é mais importante?
7. - Que tipo de comportamento deve assumir em relação a essas prioridades e como implementá-las?
8. - Será importante, tendo em vista a hierarquia das prioridades, construir etapa por etapa, cada uma das prioridades, começando pela base?
9. - Será útil, neste momento da luta, a discussão de ideologias e conveniências políticas?
10. - Como potenciar a conjuntura política internacional que é cada vez mais a nosso favor?
11. - Quando e onde devemos esgrimir as nossas argumentações na defesa das nossas ideologias e programas políticos?
12. - Será útil essa discussão, já e agora, no interior dos partidos políticos, no exterior da Pátria Timorense?

13. - Terá fundamento quando os partidos políticos se arvoram em representantes do povo timorense?
14. - Quem representa neste momento o povo timorense?
15. - Que tipo de comportamento deve o timorense ter em relação aos partidos políticos?
16. - Que tipo de comportamento deve ter o timorense em relação àqueles que têm legitimidade de facto para representar o povo timorense?
17. - Como concretizar o respeito que devemos por àqueles que deram a vida pela Pátria e os que neste momento se encontram no interior, lutando com mil sacrifícios?

Estas são algumas das perguntas que cada um de nós, com humildade, honestidade, amizade, amor à causa que defendemos, deve procurar encontrar respostas; depois, em conjunto, engendrarmos soluções de verdadeiro consenso.

AUTODETERMINAÇÃO COMO PRIORIDADE ABSOLUTA

1. - É minha opinião, seguramente sou acompanhado por muitos timorenses, a luta pelo direito à AUTODETERMINAÇÃO, é a prioridade absoluta! É minha convicção que se deve orientar todas as energias nesse sentido. Ou seja, em termos políticos, ela deve constituir a preocupação fundamental. Toda a política em relação aos países que nos apoiam deve ser conduzida no sentido de os obrigar, não apenas a um reconhecimento formal, mas, de facto, a uma mudança efectiva de atitudes perante a política indonésia. Foi pela Autodeteminação que deram a vida os 200.000 mortos. O motivo do nosso confronto permanente com a Indonésia é o Direito a Autodeterminação.

O PAPEL DA COMUNIDADE TIMORENSE

2. - Para essa mudança de facto das atitudes políticas dos outros países, torna-se evidente que a comunidade timorense no exterior se consciencialize de que tem um papel importante a desempenhar.

Este papel não pode ser outro que não, o de entre eles, com clareza e responsabilidade, delinearem estratégias de curto e médio prazos com objectivos bem definidos de actuação, com discursos coerentes na imprensa, orientados para os dois objectivos mais importantes: **A autode**

terminação e a responsabilidade da comunidade internacional, de tomar medidas concretas sérias para **parar o genocídio do povo de Timor-Leste**.

Os políticos, em particular, devem ser muito prudentes nas suas intervenções públicas. Devem mostrar uma imagem de facto de responsabilidade e idoneidade. Ela só pode resultar de um trabalho prévio conscencioso, com dedicação e amor, no sentido de encontrar elementos verdadeiros de unidade e consenso. Uma unidade estratégica é eficaz na defesa de interesses pessoais ou partidários, mas, decerto alheios aos interesses de uma nação em grande sofrimento. Haverá solidez na unidade dos timorenses quando sacrificam interesses pessoais ou partidários em favor do interesse comum. O interesse comum está há muito identificado. A Autodeterminação!!!

Não parece oferecer dúvidas a ninguém, a não ser para aqueles que ainda acreditam que a integração na Indonésia ou uma autonomia dentro do regime de Suharto é benéfico. Não partilho desta ideia. No momento actual é bom saber separar águas. **Autodeterminação** por um lado, ou **Integração e Autonomia** por outro.

A solução da autonomia só pode beneficiar o regime da Indonésia por várias razões:

Primeira, e porventura a mais importante de todas, é o facto de, a partir do momento da autonomia, o território de Timor-Leste passa a ser considerado território da Indonésia. É em termos simples, uma grande vitória da Indonésia. O seu chavão de "Timor é um assunto interno da Indonésia", passa a ser um facto jurídico reconhecido. É ou não é verdade que uma das batalhas da Indonésia desde sempre foi convencer o mundo de que Timor-Leste é um assunto interno da Indonésia, argumentando que a autodeterminação já tinha sido feita com a assinatura do documento de Balibó?. Documento que, como é sabido, foi assinado sob coacção. Logo sem qualquer valor jurídico. No entanto, o regime não se cansa de dizer que é um documento válido.

Outra razão prende-se com a passagem de "território não autónomo sob administração portuguesa", ainda que de jure, para território circunscrito dentro dos limites territoriais do «Estado Indonésio. A comunidade Internacional com isso, desonera-se totalmente da sua responsabilidade de, no seio das Nações Unidas, promover a descolonização.

A responsabilidade de Portugal descolonizar o território ser-lhe-á retirada, pois, deixará de ser potência administrante. É preferível para a Resistência que Portugal seja potência administrante, ainda que de jure; é sempre mais um país com efectiva responsabilidade na descolonização de Timor do que perder este parceiro, e ainda por cima, um parceiro importante, com grande apoio, neste momento, inequívoco, do povo português.

A razão seguinte é a desresponsabilização das Nações Unidas, que, assim, passa a encarar o problema, não como um assunto em que tem a responsabilidade de descolonizar, mas apenas como qualquer outro país com problemas internos de violação dos direitos humanos. Perde-se definitivamente a legítima aspiração a Autodeterminação. Para a reposição de novo na discussão dessa aspiração, será muito difícil, ou mesmo impossível.

O regime de Suharto passa a ter mais uma argumentação válida, a de não admitir a intromissão de outros países nos assuntos internos da Indonésia. Tem sido esta a posição sistemática de Jakarta, infringindo os princípios da Carta das ONU, e todas as Resoluções em vigor, sobre Timor-Leste, desde 1975. Devemos com muita clareza, definir bem quais as vantagens e inconveniências no contexto político actual, uma solução autonómica. Não esqueçamos nesta análise um facto importante: A Indonésia é uma potência económica importante na arena internacional. Os outros países que com ela se relacionam procuram sempre não contrariá-la, devido ao seu peso económico. Significa isto na prática, que a solução autonómica é péssima solução. Podem eventualmente apontar os casos de Hong Kong e Macau, como uma solução a adoptar. A República Popular da China comprometeu-se a respeitar o princípio *"Um país, dois sistemas"*; na declaração conjunta assinada entre o Reino Unido e a R.P. da China, só ficou assumido o compromisso de a China respeitar o sistema vigente em Hong Kong durante cinquenta anos. É verdade que em 50 anos muita coisa pode acontecer, nomeadamente a democratização total da China. A prática da Indonésia ao longo dos anos não garante que venha a cumprir comprissos desse género. Jogar pela certa, como diz o povo, quanto a mim, parece ser o melhor caminho a trilhar. NÃO A AUTONOMIA!

Desde a subida de Suharto para o poder, quantos indonésios já morreram? O facto de Iriam Jaya ser um território não autónomo sob administração indonésia, é ou nao é verdade que o regime de Suharto pura e simplesmente anexou o território. Quantos massacres já ali decorreram com a total cumplicidade e silêncio da Comunidade Internacional? É ou não é verdade que continua a massacrar aquele povo sem que a comunidade internacional alguma vez tivesse tomado medidas sérias de fazer parar o contínuo desrespeito pelos direitos daquele povo? Alguém acredita que no caso de Timor será diferente? Só um ingénuo pode acreditar nas promessas do regime. A propósito, a Indonésia já cumpriu alguma vez, de forma voluntária, os compromissos que assumiu perante a Comissão dos Direitos Humanos da ONU, as Resoluções hoje em vigor, e a Resolução da O.N.U. que a obriga, desde 1975 a retirar as suas tropas de Timor-Leste? Alguém duvida das Intensões expansionistas do regime Indonésio? Aconselho a leitura do livro de John Taylor sobre o expansionismo indonésio. Por todas estas razões a solução autonómica só agrava a situação. Retira a actuação directa da comunidade internacional porque não está na alçada directa das responsabilidades das Nações Unidas, a obrigação de a O.N.U. descolonizar o território, porque é um assunto interno da Indonésia. Como isso é perigoso!!!

Por todas estas razões sou frontalmente contra qualquer tipo de solução autonómica para Timor. Em todas as autonomias, a Defesa e os Negócios Estrangeiros pertencem sempre ao Estado. A solução autonómica significa na prática que pertencemos ao Estado Indonésio. Esta solução, como ficou demonstrado, só nos acarreta mais problemas, mais massacres impunes. Desiludam-se aqueles que acreditam que haverá mais paz quando Timor-Leste for autónomo. Mesmo com a mudança de regime na Indonésia não é muito crível que a situação melhore. O que é que disse a Megawati Sukarnoputro? Que Timor continua e continuará a ser uma provincia da Indonésia!!! É ou não é verdade? Não devemos acreditar que a nossa situação melhore com a simples mudança de regime na Indonésia. Houve mudança de regime na antiga União Soviética, no entanto, o que aconteceu na Tchechénia? O que acontece com o Reino Unido, uma das mais velhas democrecias no mundo, relativamente a Irlanda do Norte?

A prova iniludível dada pelo Estado Indonésio no caso do Irian Jaya e o rol de Resoluções que o regime de Suharto nunca cumpriu da O.N.U. convencem-me a pender para a Autodeterminação e a Independência, como as únicas vias para a saída do problema.

É bom termos sempre presente a ideia fundamental de que, estamos muito longe ainda de podermos exercer dentro da normalidade, no interior dos limites territoriais da nossa Pátria, a democracia e, por conseguinte, o debate político entre partidos ou organizações representativas da sociedade civil. De facto, estamos na diáspora e o debate político, para ser sério, terá de resultar de processos claros e transparentes, que confiram qualquer tipo de legitimidade a representação. Em minha opinião, os partidos políticos no exterior representam -se a si próprios e nada mais do que isso. Não devem, por uma questão de honestidade intelectual e política reivindicar qualquer tipo de representação do povo timorense.

É imoral exigir que os outros sejam responsáveis, quando nós, sistemàticamente não somos capazes de gerar consensos, numa questão tão simples como a do 1° Congresso Nacional Timorense na Diáspora, sem esquecer naturalmente a complexidade e o trabalho para a sua organização. Simples porque, do que entendi após ter lido a carta do nosso líder, o que se pretende é tão só juntar os timorenses, e com isso, pó-los a discutir os verdadeiros problemas que os afligem. É uma necessidade há muito desejada pelos timorenses. Não se trata aqui de fazer jogadas de poder, lugares, sucessões. A atitude da UDT de autoexclusão na pessoa do seu respeitado dirigente, João Carrascalão, salvo melhor argumentação, até ao momento por conhecer, é passível de crítica, e pouco razoável. No Congresso, deve tratar-se de problemas dos timorenses. Os problemas ou pontos de vista partidários, julgo eu, devem ser discutidos no interior dos partidos. E aí se esgotam. No congresso é o problema da união dos timorenses que está em causa! Se não concordamos com a forma como o processo se desenrola, vamos criticá-la para a melhorar e assim fomentar a nossa unidade no exterior. Se estivéssemos todos de acordo, a realização do congresso seria supérfluo e perda de tempo. É o nosso primeiro congresso no exterior. Vamos acarinhá-lo. A atitude mais séria seria escrever para a Comissão manifestando o desacordo relativamento a forma como as coisas estão a ser conduzidas, de uma forma aberta.

É muito importante a unidade real dos timorenses. A unidade estratégica ou táctica, não pode ser sólida, porque serve interesses pessoais, partidários ou outro qualquer. Satisfeitos os interesses desfaz-se a unidade. A nossa unidade não pode nunca assentar as suas bases em interesses circunstanciais. É perigosa e destruidora da nossa imagem como povo responsável. Mancha o nosso respeito pelos que já escreveram a palavra AUTODETERMINAÇÃO com o seu sangue. Só seremos dignos dos nossos mortos, se tivermos como um dos princípios da nossa vida o respeito pelos ideiais por que se bateram, e por eles deram a vida:SERMOS LIVRES POLÌTICAMENTE ATRAVÉS DA AUTODETERMINAÇÃO.

Se alguém pensa que estou a pregar moral, acho que está a pensar bem. É disso que se trata de facto. Trata-se da política sem moral a sobrepor-se à política com moral, na questão de Timor-Leste. Tenho vindo a chamar atenção nas minhas humildes intervenções em variadíssimas ocasiões, com respeito a questão de Timor-Leste. Sinto-me feliz. Um mundo imoral é desde logo, o exemplo que amargamente estamos a viver. Um mundo imoral é o mundo que neste momento estamos a combater. É precisamente o que fazem aqueles países amigos do regime da Indonésia, um regime imoral, inestético, que privilegiam os interesses económicos sobre os Direitos Humanos.

Para podermos atingir a verdadeira unidade, parece-me imprescindível a consciência da importância do valor moral na nossa política. A nossa verdadeira unidade só poderá resultar através de uma reflexão sobre aquilo que Xanana muito bem explicitou no parágrafo 12: *"O nosso povo pede humildade de cada um de nós, pede sinceridade nos actos de cada um de nós, pede entrega de cada um de nós, pede que demos à pátria tudo o que possuimos, as nossas capacidades, intelectuais e materiais, reais e potenciais, edificando-nos para sermos capazes de edificar a nossa nação."*.

A FALTA DE UNIDADE DOS TIMORENSES NO EXTERIOR - CAUSAS

3. - A falta de unidade na diáspora, - parece-me, numa análise fria, exterior a qualquer quesília política, - tem a sua raiz na insuficiente compreensão e falta de sensibilidade para com a luta e os sacrifícios por que passam aqueles que, nò interior, com mil sacrifícios, continuam a enfrentar no seu dia a dia, as perseguições, torturas, desaparecimentos, violações, no solo pátrio.

Alguns factos que aconteceram depois do massacre de Novembro, bastante divulgado na imprensa, mostraram bem a ânsia de protagonismo fácil e falta de consciência e sensibilidade, de alguns dos nossos compatriotas, caindo inclusivé no ridículo de quererem convencer um homem como o líder Xanana, na prisão, a mudar de ideias. A azáfama inicial destes nossos compatriotas, infelizmente morreu com esses episódios tão infelizes como efémeros. Este é apenas um exemplo, dos mais evidentes. Gostaria imenso de os continuar a ver activos, fazendo coisas por Timor. São pessoas detentoras de títulos académicos superiores, o que, à partida, reúnem as condições mínimas de poderem formar aquele núcleo tão necessário capaz de mobilizar outros compatriotas para uma luta mais eficaz e projectar uma imagem positiva dos timorenses na diáspora. Infelizmente isto não aconteceu.

Só quem trabalha por amor a uma causa adquire capacidade de suportar críticas muitas vezes demolidoras, e sem razão. A frustação e desistência é própria de quem estabelece previamente metas circunstanciais, numa luta, com objectivo de dela extrair dividendos imediatos ou a curto prazo. Salvo melhor justificação, parece ser, infelizmente, o caso.

Continuo a acreditar e tenho fé na regeneração de comportamentos de todo o ser humano. Apelo a esses nossos compatriotas que são e serão sempre válidos num Timor ainda em luta ou num Timor autodeterminado e livre, que se autocritiquem e não desistam de lutar pela nossa terra. O erro é parte integrante do ser humano. Não é vergonhoso para quem o assume e tomar prósitos de emenda.

Somos ainda muito poucos para as responsabilidades que nos esperam. Somos ainda muito poucos para a grandiosa tarefa de reconstruir e construir a nossa terra. A unidade dos timorenses deve preocupar-nos de uma forma muito séria. Ela é de facto a base sólida que devemos sistemáticamente merecer a nossa atenção para podermos juntarmos as nossas forças aos que estão no interior e clamarmos pelo nosso DIRREITO À AUTODETERMINAÇÃO!!

O exemplo de unidade que rápidamente cimentaram e consolidaram os nossos compatriotas do interior, - depois dos erros de 75 que teve como causa próxima a guerra fraticida com todas as mazelas que ainda hoje lastram em algumas consciências dos nossos compatriotas, - e a fé na vitória da razão, fizeram e fazem o milagre da luta de um povo pequeno, com escassos meios contra um dos mais poderosos exércitos do Sudoeste Asiático, no espaço temporal já longo, de 23 anos.

É inacreditável que, os que estão na diáspora, com meios e formação académica superior são incapazes de engendrar consensos para uma unidade. A esperança, diz o ditado, é a última coisa a morrer. Acredito sinceramente que somos capazes.

OS PARTIDOS POLÍTICOS TIMORENSES SÃO IMPORTANTES

4. - Os partidos políticos são importantes numa futura sociedade democrática para Timor. A sociedade civil atravês das suas organizações, têm igualmente importância vital num regime pluralista. As instituições públicas e administrativas que corporizam um regime político baseado

no pluralismo de ideias, completam o que se pode chamar a base de um regime democrático. Falarei disso mais adiante. Interessa-me agora avançar algumas ideias sobre o que penso relativamente aos nossos partidos políticos no exterior, e o que se tem verificado neste domínio ao longo dos 23 anos..

"Os partidos tem que partir da intenção de servir o nosso povo e não servir a eles mesmos servindo-se do nosso povo". **Parágrafo 24**

Servir o povo em primeiro lugar e à primeira vista, parece um slogan panfletário. Na verdade, no caso de Timor-Leste trata-se de uma verdadeira exigência. Os partidos políticos que pretendem representar no futuro o povo de Timor, têm que reflectir, já e agora sobre o que é servir o povo.

- Servir o povo, não é tomar atitudes políticas irresponsáveis;
- Servir o povo não é tomar atitudes que em nada contribuem para a tão desejada unidade;
- Servir o povo não é andar ao sabor das conveniências políticas de momento;
- Servir o povo não é procurar sistemàticamente um lugar de primazia no debate político ideológico-partidário em público. Virá o tempo, quando alcançarmos a nossa autodeterminação e independência;
- Servir o povo não é protagonismo fácil e irreflectido;
- Servir o povo não é exacerbar as nossas diferenças sem justificação coerente em detrimento daquilo que nos une;
- Servir o povo não é cinismo político e falta de frontalidade nos lugares próprios onde devemos debater as nossas ideias;
- Servir o povo não é misturar tudo e querer resolver tudo ao mesmo tempo. Pensar metòdicamente em tudo que nos preocupa, mas resolver disciplinadamente cada coisa numa ordem de prioridades; a primeira prioridade, é isso que nos interessa de momento, é o DIREITO A AUTODETERMINAÇÃO. Todo o trabalho e energias desenvolvidas devem ser canalizados nesse sentido. Não sendo assim é energia desperdiçada

Enquanto alguns políticos no exterior mostram esta imagem confrangedora de um misto de irresponsabilidade, incompetência, falta de sensibilidade, frequentes mostras de pouca maturidade depois de tantos anos decorridos após o 25 de Abril, com honrosas excepções, no interior, com enormes dificuldades, continuam a dar-nos lições de verdadeiro patriotismo. Com a sua diversidade de opiniões, permanecem no entanto unidos na frente de luta pela autodeterminação. A dificuldade, o sofrimento, a dor das famílias, constituem a poção mágica da sua valentia e coragem. Enquanto isso, "*Os timorenses no exterior estão mais preparados para fazer discursos sobre a valentia, a coragem e a determinação do nosso povo, sem perceber que esse preço exige que todos quantos temos o dever de o representar, nos esqueçamos de nós mesmos ... e nos portemos como combatentes da Pátria, aptos a sacrifícios, aptos a sacrificar pequenos interesses...*" Parágrafo 11

AS ORGANIZAÇÕES JUVENIS SÃO IMPORTANTES

5. - As organizações juvenis ou outras da sociedade civil são sempre importantes. Só a existência de organizações da sociedade civil bem organizadas e assentes em sólidas convicções e responsáveis podem permitir a realização do nosso desiderato de sermos uma sociedade aberta e pluralista, dentro de um regime democrático.

É importante que os políticos não se interfiram no desenvolvimento natural dessas organizações, por forma a que elas possam desempenhar a sua função de contrapoder responsável, num futuro Timor-Leste democrático.

O que atrás foi dito em relação aos partidos políticos, relativamente a assunção de uma postura pública de unidade, sem desprezar o debate interno político é igualmente aplicado às organizações da sociedade civil.

Os jovens, em particular, constituem a reserva política mais importante de momento, no futuro Timor-Leste Independente. A geração de 50 está ainda com as mazelas da guerra civil. Quantas vezes estas mazelas se manifestam em conversas informais. Os jovens têm outra frescura, e, de um modo geral, a sua militância no interior à boca do inimigo ajudou-os a terem uma visão mais realista e consciente da nossa realidade. O receio que tenho neste momento, é que, no exterior, em contacto com os vícios enraizados de alguns políticos, sejam contaminados e venham a comportar-se da mesma maneira. Alguns ventos soprados da comunidade juvenil timorense em Lisboa, parece preocupante, relativamente ao que acabei de afirmar.

HIERARQUIA DAS PRIORIDADES NA LUTA

6. - Na hierarquia das prioridades o que é mais importante, sem dúvida, é a luta pelo nosso direito a autodeterminação. É a prioridade das prioridades. Senão vejamos:

Todo o processo de democratização de Timor-Leste, só será um facto quando, atravês da organização de um **referendo**, supervisionado pela comunidade internacional, o povo se pronunciar sobre se pretende ou não a Independência ou outra via qualquer para a resolução do problema. Só depois, poderemos avançar para as etapas seguintes.

As resoluções da Assembleia Geral das Nações Unidas, as declarações e resoluções da Comissão da ONU para os Direitos Humanos têm vindo a reafirmar o nosso direito a Autodeterminação. É indiscutível hoje, e sufragado pela totalidade dos países ocidentais, em teoria, esse direito. Não me parece que neste ponto haja divergências entre os timorenses. **Eis o grande ponto que nos une.** Mesmo os integracionistas, verifica-se hoje alguma fuga para a frente, porque já se aperceberam de que a tese que defendem não recolhe apoio significativo.

O tempo corre a nosso favor, disso não tenho dúvidas. O regime de Suharto é cada vez mais contestado por largos sectores da sociedade civil indonésia, com destaque para a filha de Sukarno e a comunidade intelectual universitária e empresarial, os sindicatos ,com os episódios já conhecidos de repressão contra alguns dos dirigentes sindicais mais destacados.

Urge, de facto, reflectirmos de uma forma metódica, sobre o que havemos de fazer para potenciarmos as fendas abertas no regime, e tirarmos daí proveito para a nossa luta, no sentido de a comunidade internacional forçar a Indonésia a ceder na sua exigência de não reconhecer o Direito a Autodeterminação. A responsabilidade é nossa. Não podemos desprezar um grande potencial desestabilizador a nível da política interna da Indonésia, os descontentes do regime. Apoiá-los incondicionalmente é uma tarefa prioritária. Trabalhar junto da comunidade internacional no sentido de os apoiar moral e materialmente. Em conjunto com esse sector que reivindica uma sociedade democrática para a Indonésia, podemos vergar definitivamente o regime desumano e ditatorial que já não tem lugar no concerto das nações civilizadas.

A simpatia que tem sido alvo a Resistência por parte do sector intelectual indonésio, é outro sector que cabe aos políticos acarinhar e apoiar, de uma forma particular e sistemática; devem desenvolver estratégias a curto prazo junto da comunidade internacional de potenciar o seu descontentamento e, mais uma vez, de uma **forma metódica e sistemática apoiá-lo** Engrosssamos gota a gota as frentes de contestação ao regime, no seu próprio terreno.

Isso tudo é possível se toda a nossa atenção se orientar apenas para o fundamental, neste momento, e inventariarmos o secundário para o momento próprio a médio e longo prazo. As nossas energias a curto prazo devem ser dirigidas para o estudo de estratégias que nos permitam no terreno, obrigar a Indonésia a dizer sim a Autodeterminação e a parar com o genocídio em Timor.

O CAMINHO DA LUTA NO CONTEXTO INTERNACIONAL

7. - É importante desde já traçarmos um caminho claro para a nossa maratona política. Ela tem de obedecer a critérios claros e consensuais. Não me parece difícil traçarmos esse caminho em termos teóricos, tendo em vista o que devemos fazer para alcançarmos a meta final. A Independência Total de Timor-Leste.

É bom não esquecermos que estamos inseridos na comunidade internacional. Este facto determina um tipo de comportamentos e atitudes políticas que não escapam a observação internacional. Dito de outra forma, não podemos fugir a regras quanto a implementação de determinadas etapas para a concretização do processo democrático. O que se diz a seguir é uma das estratégias a médio ou longo prazo. Não pode, nenhum país, com a justificação de que possui características muito específicas fugir a elas, sob pena de desvirtuar todo o processo. São regras universais e irrecusáveis.

Vamos admitir esta hipótese académica: Depois do **referendo**, o povo de Timor pronuncia-se a favor da Indepenpendência. As etapas seguintes são:

- Segue o Governo de Unidade Nacional assistido por uma Assembleia Nacional Provisória, cuja tarefa é a preparação do país para as eleições livres.
- Eleições livres para a Assembleia Constituinte;

- Elaboração da Constituição no sentido de um regime democrático;
- Eleições para a Assembleia e Governo e nomeação do presidente da República ou
- Eleições para o Presidente da República
- Eleições para as autarquias.

a) - O Governo de Unidade Nacional (provisório), e a Assembleia Nacional Provisória preconizada pelo comandante Xanana, em termos comparativos, seria uma espécie de Conselho da Revolução, no caso português depois do 25 de Abril, só que mais ampliado e abrangente, constituem a estrutura inicial do processo de democratização do país. Terão como tarefa fundamental, independentemente do tempo (5, 10anos? **Ver Plano de Paz Xanana**), eu diria, 10 a 15, a organização de eleições gerais livres para a Assembleia Constituinte. É nessa altura que o peso dos partidos políticos se torna indispensável, para dar o seu contributo na redacção da nossa lei fundamental. Aproveito a oportunidade para acrescentar que, em minha opinião, só nesssa altura, - e não agora, que ainda nem sequer conseguimos o nosso direito a autodeterminação, - se poderá e deverá incentivar o debate político, em público ou no interior dos partidos. Será então uma necessidade absoluta para o fortalecimento do regime pela via da democratização a vigorar num Timor-Leste Independente.

Em termos práticos, a tarefa do Governo de Unidade Nacional e da Assembleia Nacional Provisória é a criação de estruturas e instituições administrativas democráticas, nas áreas económica, social e política, com recursos humanos idóneos e capazes. Penso, que em termos gerais, e tendo em vista o Plano de Paz de Xanana, e agora, os parágrafos 21 a 27 da sua carta ao GMRT-LS, nada mais há a acrescentar, a não ser uma recomendação no sentido de trabalharmos e reflectirmos em profundidade, buscando os recursos humanos, meios e mecanismos mais capazes e eficazes para a implementação desse desiderato. Mas, sem a AUTODETERMINAÇÃO, isto é apenas uma miragem. TRABALHEMOS METÒDICAMENTE, PRIMEIRO PARA A NOSSA AUTODETERMINAÇÃO.

Pessoalmente, na situação de guerra em que nos encontramos, com todas as mazelas daí resultantes, não vejo outra solução melhor. Outra solução que não seja esta só pode descambar em teorias e formalismos estéreis, com poucos ou nenhuns resultados práticos positivos.

b) - Depois das eleições livres para a Assembleia Constituinte, e formada essa Assembleia, a sua tarefa, em termos de ciência jurídica, não poderá ser outra que não a elaboração de uma Constituição para Timor. Esta tarefa é uma tarefa muito séria e não pode ser de meia dúzia de pretensos peritos. Nas condições actuais da luta penso que é impossível esta tarefa.

A primeira de todas as razões é a de que, como lei fundamental do país, ela terá que plasmar o consenso generalizado, o mais amplo possível da sociedade timorense. Ora, o grosso da sociedade civil encontra-se no interior. Admitamos academicamente que os timorenses na diáspora somam 17.000; e os do interior 700.000. Isto significa que no interior vivem 98 % contra 2% no exterior. Além disso, os que estão no interior protagonizam a tarefa mais difícil; logo, é justo que sejam eles a dirigir esta tarefa. São eles que conhecem melhor as pessoas (catuas), capazes de dar um contributo importante para a feitura da lei fundamental, no interior da Pátria. Onde é que se encontram os maiores depositários do nosso Direito Consuetudinário? Não é no interior? Só a compilação deste imenso manancial, é uma tarefa titânica. Depois, é o seu estudo comparativo; finalmente uma análise séria orientada no sentido da adaptação da lei fundamental no quadro dos valores humanos consagrados pela comunidade internacional.

Não sendo assim, parece-me que a tarefa é extremamente simplicada, bastando para tal decalcar constituições dos países civilizados e mudar nomes e designações que dizem respeito ao nosso caso. Ora, seguramente, não é esse o desejo de nenhum timorense. É nosso desejo ter uma constituição que reflicta a realidade timorense, com aperfeiçoamentos que peritos, e intelectuais timorenses poderão e deverão contribuir. Para ser um trabalho sério terá que ser realizado no interior, e em observação e contacto directos com a nossa realidade; e ela é complexa!!!

Repito, na situação actual de guerra, não sei se será possível. Só os dirigentes na clandestinidade, no interior, saberão avaliar da facilidade ou dificuldade desta tarefa. E, se por qualquer razão delegam esse poder para o exterior, serão sempre eles que terão papel preponderante nas decisões. Inverter este papel, em minha humilde opinião, é pretencioso e radica numa ânsia de protagonismo fácil, com fundamentos e motivações que não são claros e aparentemente despidos de seriedade e responsabilidade.

Outra razão. É prematuro. Isso pelo simples facto de que, se hipotècticamente a Autodeterminação fosse já amanhã a nosso favor, ainda assim teríamos no mínimo 10 anos para realizarmos este trabalho até as eleições para a asssembleia constituinte. Porque, a tarefa de elaborar a constituição pertence à Assembleia Constituinte, como é regra universal, da qual não podemos escapar. Isso na melhor das hipóteses. Muito bem deu conta deste facto o nosso Líder Xanana na carta ao GMRT-LS, nos parágrafos 22 a 27, que recomendo vivamente a sua leitura, com destaque para este último, e passo a citar: *"Eu penso que levaremos uns bons pares de anos para que umas eleições livres sejam feitas, sabendo o nosso povo exactamente o que deve escolher. Para isso, durante esses bons pares de anos todos estaremos a educar-nos e a educar o nosso povo para que se realize como povo soberano e independente."* Fim da citação. Sou desta opinião e honestamente não sei se teríamos condições para depois da autodeterminação, em 10 anos reunirmos as condições ideais para as eleições livres para a Constituinte. Neste momento, e mais uma vez, julgo que só os compatriotas do interior estarão em condições de dar uma resposta cabal sobre o assunto, devido ao seu conhecimento no terreno.

Uma terceira razão quanto a não prioridade de elaborarmos agora a constituição para Timor é o facto de, depois de elaborado não sabermos quando é que iremos submeté-la a uma Assembleia Constituinte para a poder legitimar como Constituição do país. Como foi dito atrás, teremos ainda um espaço temporal de 10 ou 15 anos, na melhor das hipóteses, para que essa Assembleia viesse a ter lugar. AINDA ESTAMOS EM GUERRA, e a **Autodeterminação** ainda é uma miragem. É bom que coloquemos como prioridade fundamental a Autodeterminação e deixemos para o momento próprio a elaboração da Constituição. E o momento próprio ainda está longe.

Uma quarta razão é, se por acaso somos confrontados com a surpresa da queda do regime da Indonésia e somos chamados â responsabilidade de governarmos a nossa pátria, não parece oferecer dúvidas a ninguém, a solução apontada pelo Líder da Resistência, de um Governo de Unidade Nacional assistido por uma Assembleia Nacional Provisória. Sinceramente, não vejo outra solução melhor.

Quanto a uma Constituição, nessa fase de transição, seguimos o exemplo de outros países, nomeadamente o de Portugal logo a seguir ao 25 de Abril. Continuou a reger-se pela Constituição do Estado Fascista de Salazar Caetano após a queda do antigo regime, mas com interpretações dadas e actualizadas de acordo com o novo regime, eliminando aquelas artigos que eram manifestamente injustos e aproveitando e adaptando aqueles que eram susceptíveis de actualização para o novo regime. Este trabalho de interpretação actualizada e de adaptação permanente da Constituição estrangeira (portuguesa?) ao nosso caso particular, teòricamente, poderá ser feita por uma comissão de juristas nomeada pela Assembleia Nacional Provisória. É uma questão em aberto.

Só quem sofre de intelectualite mesquinho e crónico, pode levianamente pensar em construir um edificio jurídico de capital importância como a Constituição, alicerce jurídico de um país, em dias, semanas ou meses, sem qualquer tipo de trabalho prévio de campo, do levantamento exaustivo do nosso Direito Consuetudinário, e ainda por cima, com a gravidade de ela ser pensada do exterior. Desde logo, carece de realismo e seriedade. A humildade é mestra da vida. Com humildade, seriedade e sobretudo amor a nossa terra, poderemos friamente, sem complexos, edificar responsável e paulatinamente uma sociedade mais justa e humana dentro de um quadro jurídico construído com tempo, de uma forma responsável. Senão, caimos no logro de substituirmos caras do regime indonésio com alguns pretensos iluminados timorenses. O período iluminista na Europa deu em Ditadura. Pessoalmente não desejo isso, ou seja, substituir caras indonésias por caras timorenses, ficando tudo na mesma ou pior.

Aliás, Todas as ex-colónias seguiram mais ou menos o mesmo sistema. Ainda hoje, passados mais de 20 anos de Independência desses países, continuam a trilhar o caminho dificil do estudo e adaptação de vários ramos do direito português aos seus casos particulares.

Uma quinta razão para a não precipitação na elaboração de uma Constituição no momento actual é o facto de, por mais que ela seja, em termos técnico-jurídico-constitucional perfeita, terá sempre o carácter de um projecto de Constituição a submeter à Assembleia Constituinte. E ela ainda é uma miragem no momento actual. Na melhor das hipóteses só daqui por 10 ou 15 anos, admitindo que é já amanhã a autodeterminação.

Sou de opinião que haja projectos a título individual ou colectivo. Sou de opinião que os partidos políticos tenham projectos de Constituição. E mais, que se deve pensar sèriamente neste assunto, como projectos em carteira para debate no momento próprio, no seio de uma Assembleia Constituinte. Parece-me esta a ideia que extraí das palavras do Comandante Xanana, no contexto da carta enviada ao GMRT-LS.

Se para a organização do congresso pede "*...a preparação for intensiva e profissionalizadamente trabalhada. A seriedade na aprofundização dos assuntos, ...*", lògicamente e com maioria de razão a mesma preocupação deve existir para a elaboração de uma Constituição que é um assunto muito sério e envolve muito profissionalismo. Não é por acaso que existem especialistas em Direito Constitucional. Por alguma razão é. Não devemos aligeirar tarefas que são de importância vital para o nosso país.

Uma discussão da Constituição à partida pressupõe uma certa normalidade política, por forma a permitir que todos os partidos políticos possam participar em pé de igualdade na discussão, no debate sério do sua redacção e conteúdo. O processo técnico-jurídico é complexo, e por isso, requer muito cuidado e profissionalismo. O que foi dito pelo Comandante Xanana no parágrafo 31 da sua carta ao GMRT-LS, pode e deve ser aqui aplicada, porque, a redacção, a organização, a discussão na globalidade e especialidade, a aprovação e aplicação final, requer trabalho mil vezes mais complexo que a organização de um congresso.

As razões apontadas levam-me a discordar em dispender trabalho e energias na elaboração de uma Constituição para Timor no momento actual. É mais importante, em minha opinião, pensarmos em primeiro lugar, descobrir em colaboração com a frente Diplomática, formas mais eficazes de pressionarmos a comunidade internacional, (Governos e Instituições Internacionais com carácter de fiscalização) no sentido de se conseguir transferir para o interior estruturas de fiscalização internacionais eficazes, para acabarmos de vez, ou pelo menos minorar a chachina permanente dos nossos compatriotas no interior. È minha convicção, numa hierarquia de prioridades, discutirmos primeiro este problema que é urgentíssimo, do que, perder energias em discutir articulados que não tem efeito prático neste momento, e no futuro, ninguém garante da viabilidade desse projecto de Constituição.

Uma sexta razão, é que, só se discute sériamente um problema, quando se conhece. Pessoalmente, não tenho conhecimento desse projecto. Das duas uma: Ou a COC pretende de uma forma ingénua, aqui no sentido de sem maldade, impor um documento aos timorenses; então é bom que reconheçam o erro e tenham a humildade como diz Xanana, de repensar bem o assunto; ou então há alguma coisa escondida que urge esclarecer para bem da nossa luta. Espanta-me a apresentação de uma Constituição para discussão no congresso, porque, estando um jurista com experiência como o Dr. Tilman na Comissão, ele não se ter apercebido do melindre e complexidade que a discussão de uma constituição envolve. Um homem já com um currículum brilhante: foi deputado da ASDI na Assembleia da República. Foi Presidente da Comissão de Acompanhamento da Questão de Timor-Leste da Assembleia da República, advogado, não tenha prevenido a Comissão, - pela inutilidade, - não do projecto de constituição que parece existir de momento,- de submeter à discussão no congresso o referido projecto.

Um pequeno exemplo para avivar a nossa memória: qualquer das revisões feitas à Constituição da República Portuguesa levou meses de debates de todos os partidos políticos sem entrar em linha de conta com outras intervenções e consultas que os próprios partidos políticos fizeram, nomeadamente as opiniões dos sindicatos, associações profissionais, associações de carácter económico e social;

A Constituição de qualquer país só terá efeito aglutinador se ela for uma Constituição forte, isto é, que reflecte as caracteristicas multifacetadas da sociedade timorense, e por ela sufragada, atravês de eleições livres, onde as várias correntes de opinião, representadas pelos partidos políticos e pela sociedade civil pudessem dar o seu contributo na sua feitura.

SEM PARTIDOS POLÍTICOS FORTES NÃO EXISTE REGIME DEMOCRÁTICO

8. - Outro assunto que deve ser pensado em termos de estratégia, a médio ou longo prazo, médio prazo significa 10 a 15 anos, são os partidos políticos e a sua importância para o futuro regime político em Timor.

Na minha vida existem coisas em que acredito sem a menor vacilação de consciência. Uma delas é a fé que tenho nos partidos políticos como absolutamente necessários para o funcionamento da democracia. Por isso, sou a favor da existência de partidos políticos, e advogo a necessidade de os partidos políticos existentes no quadro da nossa realidade timorense, FRETILIN, UDT, APODETI, PARTIDO TRABALHISTA E KOTA, se organizarem e tornarem-se fortes para permitir um debate político sério no país autodeterminado. Um regime democrático só será forte em Timor se existirem partidos políticos fortes, com militantes sérios e convictos da necessidade de um debate livre de ideias. É normal e útil que na diáspora, os partidos comecem desde já a debater ideias no seu interior; desenhar projectos para o desenvolvimento de um futuro Timor autodeterminado;

Os jovens, em particular, devem ser incentivados a organizarem-se em associações ou grupos, com objectivos definidos livremente por eles sem qualquer intervenção dos partidos políticos existentes, em relação a aspectos da nossa realidade, no interior. A título de exemplo, grupos musicais, associações culturais, grupos de danças, enfim organizações juvenis de índole cultural, político ou mesmo religioso. É saudável e é uma necessidade. A maior parte desses jovens conhecem a nossa realidade no interior, e devemos apoiá-los na sua formação sem olhar a sua cor política. Felizmente existe consenso hoje em dia a volta desta questão. **Eis outro ponto de consenso.** É uma grande reserva de recursos humanos em formação, útil e necessário no futuro. Os partidos políticos têm uma acrescida responsabilidade neste capitulo, visto tratar-se de um assunto que envolve uma das preocupações fundamentais, senão a principal, o problema dos recursos humanos. Um país é a imagem viva do potencial e qualidade dos seus recursos humanos.

Qual é a situação dos partidos políticos na diáspora, nomeadamente em Portugal?
Qual a relação que têm com a comunidade timorense residente?
Que tipo de trabalho de mobilização têm realizado com projectos para discussão em torno da questão central, a Autodeterminação?

A comunidade timorense só tem notícia dos partidos políticos, quando a imprensa os contacta para colher informações ou opiniões dos dirigentes sobre um tema qualquer actual relativa a Timor-Leste. Fora deste âmbito parece estarem permanentemente em letargia. O trabalho de mobilização da comunidade que os partidos políticos têm o dever e a obrigação de fazer, é nulo. O trabalho de suscitar a discussão em torno de questões importantes da nossa terra, junto da comunidade não é realizado. O trabalho de responsabilização de facto da potência administrante no sentido de conjuntamente com eles elaborarem projectos, - a título de exemplo, o aproveitamento eficaz dos nossos técnicos e recursos humanos que se encontram espalhados na administração pública portuguesa, já com qualificações profissionais e requisitá-los para trabalharem em projectos concretos, - é uma miragem. Temos recursos humanos. Falta o trabalho de mobilização.

A responsabilidade de Portugal relativamente a descolonização deve ser traduzida em projectos concretos e idóneos a serem implementados no terreno quando Timor-Leste tiver um governo próprio. Na fase de transição, no tal Governo de Unidade Nacional, implentar projectos que temos em carteira, em vários domínios da actividade política, social e económica. É este colossal trabalho que ainda não se vê ao fundo do túnel. Para quando os partidos se lembram de trabalhar a sério neste domínio? Os partidos sabem que há timorenses que não querem pertencer a partidos; mas, se os partidos apresentarem projectos concretos juntamente com o governo português e os requisitarem para trabalhar como funcionários, de uma forma profissional, estão dispostos. Para quando este trabalho? Compreendo que os políticos portugueses não tenham sensibilidade para o problema; Outrotanto não diria dos políticos timorenses. É uma responsabilidade que deve ser sacada aos partidos políticos timorenses. **É uma das estratégias que eu gostaria ver implementada a curto prazo.**

Portugal pode invocar, talvez, a falta de enquadramento jurídico na sua ordem jurídica administrativa. Mas o certo é que, o problema de Timor está constitucionalizado na ordem jurídido-constitucional portuguesa. Além disso, reúne o consenso generalizado de todos os partidos políticos com assento na Assembleia da República, e de uma forma geral, toda a sociedade civil portuguesa. É uma questão de interpretação jurídica do artigo da Constituição que responsabiliza Portugal de Descolonizar Timor-Leste. Descolonizar é um acto concreto que envolve despesas. Estou a pensar, por exemplo no tal Governo Sombra, referido pelo Comandante Xanana (**Parágrafo 36**). Acho que o Governo Português deve financiar este governo sombra, só pelo simples facto de ser potência administrante. Se por hipótese Portugal, na qualidade de potência administrante, cumprisse esse seu dever em Timor-Leste, teria que o financiar. Independentemente da fonte de financiamento, ele teria de encontrar formas de assumir de facto essa responsabilidade. Cabe aos partidos políticos demonstrar e pressionar para que isso fosse possível. **É preciso e urgente trabalhar na questão de Timor-Leste com timorenses e de uma forma profissional.**

Os partidos políticos no exterior andam permanentemente a reboque dos acontecimentos quando devia acontecer o contrário. Para nosso espanto geral, e felizmente, do interior, com meios escassos e dificuldades de toda a ordem, tenho recebido cartas e documentos que me dizem pelo grau de responsabilidade das suas análises, a grande qualidade do trabalho que fazem no terreno. Penso que este facto milagre deve-se a preocupação que têm em reflectirem sempre sobre o concreto. Devíamos, como eles, pensarmos que, enquanto andamos em discussões estéreis, ideológico-políticas, mais um timorense, porventura está a ser torturado; mais uma mulher, porventura violada; mais uma criança ou crianças que vêm partir um pai para sempre. É esta realidade que nos deve preocupar mais.

Não parece oferecer qualquer dificuldade em perceber que, se não houver um trabalho no exterior, sistemático, protagonizado pelos partidos políticos e pela comunidade timorense na diáspora no sentido de obrigar a opinião pública mundial, principalmente a União Europeia, os Estados Unidos da América e as Nacões Unidas, como já foi dito atrás, de transferirem urgentemente para o interior de Timor-Leste estruturas de fiscalização internacionais na área dos Direitos Humanos, o genocídio continua. Esta tarefa é mais importante do que perder tempo em elaborar a constituição. O seu a seu tempo, diz o povo. Chegará o tempo, e não sabemos quando.

Da leitura atenta da carta do Líder Xanana, parece ressaltar a ideia de que, o que ele pretende, é que comecemos a pensar no assunto de uma forma madura. Quem tem um mínimo de formação jurídica sabe que não é o momento próprio para a discussão de uma constituição.

DEFINIÇÃO DE OBJECTIVOS A CURTO PRAZO

9. - Por todas as razões já discorridas, só tem sentido os partidos políticos se de facto desenvolvem tarefas na área diplomática com estratégias, orientadas no sentido de mobilizar dentro do espaço político favorável, meios capazes de concretizar objectivos a curto prazo, tais como:

- Libertação de Xanana para a sua participação nas conversações tripartidas.
- Libertação dos presos políticos.
- Transferir para o interior de Timor-Leste estruturas de fiscalização das Nações Unidas, ou da União Europeia; das Organizações Não Governamentais Internacionais, para acabar de vez com o genocídio no interior da Pátria;
- Pressionar e negociar com a comunidade internacional para mandar urgentemente para o interior, capacetes azuis ou forças multinacionais em substituição das tropas assassinas indonésias

Estas, em minha opinião, são algumas das prioridades a curto prazo que devem mobilizar os partidos a definirem estratégias e apresentarem projectos e discursos comuns coerentes e concordantes na arena internacional. De outra forma, os partidos assumem erradamente o seu papel, neste momento da luta, porque **mais importante neste momento é fazer parar o genocídio**. Se é certo que se deve desenvolver e discutir ideias no interior dos partidos, com vista à sua preparação para o futuro democrático de Timor que todos, ou pelo menos a maioria, deseja: já não resta mais dúvidas quanto a necessidade urgente de primeiro lutarmos pela criação da base do debate livre na nossa Pátria, a AUTODETERMINAÇÃO. É supérfluo e irresponsável quando se entra em despiques partidários na imprensa, com acusações e contra-aquisações. Não serve a nossa luta, e pior do que isso, cria uma imagem pública de irresponsabilidade e imaturidade. Em conclusão, parece ter ficado claro que se reconhece como útil a discussão de ideologias e conveniência políticas circunscrita no interior nos partidos polícos. Fora deste âmbito é supérfluo e prejudicial à nossa Luta.

A CONJUNTURA FAVORÁVEL DEPOIS DO MASSACRE DE NOVEMBRO E O PRÉMIO NOBEL DA PAZ ATRIBUÍDO AO DR. RAMOS HORTA E D. XIMENES BELO

10. - Já não é segredo para ninguém a conjuntura favorável à nossa luta, a partir do massacre de Novembro de 1991. O prémio Nobel da Paz, para dois dos nossos compatriotas, atribuído em Dezembro de 1996 vem coroar a luta do Povo de Timor pela sua Autodeterminação. Pode-se criar polémica à volta das duas personalidades, quanto ao mérito ou demérito do prémio; Mas, o que não resta dúvidas à ninguém é que o povo de Timor o merece. Se é o José, o Ximenes, o Afonso, ou outro qualquer que o recebeu, pouca relevância tem. A certeza das certezas é que o mérito resulta de uma dívida muito grande da comunidade internacional para com a nossa luta. Enquanto nos documentos importantes da ordem jurídica internacional, a Carta das Nações Unidas, a Carta Europeia dos Direitos Humanos, apenas para citar estes dois, dos mais importantes, falam do respeito pelos Direitos Humanos, o Povo de Timor, pratica todos os dias no terreno, - atravês da sua exemplar coragem e luta, com especial destaque para os actuais jovens estudantes de todos os graus de ensino, - mostrando ao mundo que é possível, com a arma da moral e da razão vergar aos poucos o poderoso ditador Suharto e o seu assassino exército. Dizer que o Ramos Horta não merece e que o D. Ximenes Belo é que merece mais, é um infantilismo estúpido inaceitável. Mostra ignorância e falta de sensibilidade pela luta de um povo. Só pensa assim quem personaliza a luta de uma forma míope. Olha para a frente mas é incapaz de olhar para os lados. É uma falta de capacidade de discernimento a toda a prova. Quem não compreende, que o Prémio Nobel foi dado porque existe o problema real da luta pela Autodeterminação de um povo, não entende o sofrimento do povo. Não entende que é mais importante acabar com o genocídio neste momento do que perder tempo em discutir ideologias

ou conveniências políticas; confunde o que é complexo com o que é ligeiro; baralha tudo e não sabe discernir o essencial do supérfluo, o prioritário do secundário.

Só uma mente esclarecida e prudente pode desenvolver uma luta política também esclarecida e prudente. Temos uma conjuntura política internacional favorável; temos no interior jovens combativos, e quase semana a semana presenciamos exemplos de entrega e dedicação à luta de uma forma abnegada; temos um rol de resoluções a nosso favor; temos uma Indonésia fragilizada económica e políticamente; temos a imprensa portuguesa, e um pouco por todo o lado, a estrangeira a engrossarem a voz da denúncia do genocídio; teòricamente, várias instituições políticas de peso e governos ocidentais declaram-se favoráveis a nossa tese da Autodeterminação; temos as Nações Unidas envolvidas no problrema e cada vez mais vão-se avolumando críticas e condenações à política da Indonésia; os Estados Unidos já estão mais receptíveis ao nosso problema; Organizações Não Governamentais de todo o mundo, acarinham a nossa luta; a entrada na Internet abriu-nos um caminho quase impensável;

O inventário dos apoios é hoje uma tarefa dificil. Será que os timorenses, e de um modo particular, os políticos timorenses têm verdadeiramente consciência desses apoios???!!! Será que os timorenses ou os políticos timorenses têm consciência ainda da situação de Timor há dez anos atrás?! Será que os timorenses e os políticos timorenses têm a consciência de como era dificil penetrar na imprensa para fazer ouvir os gritos da nossa luta?! Só quem andou a dormir, ou a tratar da sua vidinha pode não ter consciência da situação de então! Com tudo isso, é óbvio afirmar-se que a batalha da imprensa, foi ganha e está ganha. Só o facto de estarmos presentes na INTERNET, ela em si justifica a afirmação.

A situação actual é extremamente favorável. O que falta fazer por parte dos timorenses, em particular dos políticos timorenses? No meu ponto de vista, trabalhar de uma forma coordenada, com objectivos bem definidos e estratégias de curto prazo para acompanhar de uma forma eficaz o evoluir da conjuntura; Potenciar cada momento político favorável com factos políticos prudentemente bem pensados; criar e mobilizar a opinião pública internacional para provocar o efeito dominó sempre que esses momentos acontecem com o objectivo de pernanentemente desgastar a política do regime de Suharto; É muito mais importante esta política do que os políticos andarem s discutir ideologias, lugares, representação, cujo momento próprio não sabemos ao certo quando.

Já pensaram porventura, os partidos políticos, no exterior, em criar uma estratégia política integrada e centrada na mobilização permanente das organizações não governamentais para potenciar cada momento político com factos políticos criados para esse momento, bem pensado e com objectivos bem definidos? Infelizmente este trabalho está por fazer porque, os partidos no exterior, reivindicam representação do povo mas estão de facto de costas voltadas para ele. Não sentem o sofrimento, a dor, as perseguições e entretêm-se com declarações públicas que nada ajudam o fortalecimento da nossa unidade, e pior do que isso, só prejudicam e projectam uma imagem extremamente negativa no espaço político internacional.

O MELINDRE DA REPRESENTAÇÃO EM NOME DO POVO

11. - O problema dos partidos políticos reivindicarem a representação do povo, refiro-me naturalmente a FRETILIN, a UDT, a APODETI, o PARTIDO TRABALHISTA e o KOTA, é um problema delicado. Algumas das razões resultam directamente da situação de guerra que estamos a viver. São dessas razões que mais nos interessam escalpelizar, porque penso que um dos fundamentos da falta de unidade dos timorenses no exterior radica na falta de consciência e discernimento sobre a problemática da representação. Todos querem representar o povo timorense, mas a verdadde é que ninguém representa nada a não ser a eles próprios, os próprios líderes, e mais meia dúzia de indivíduos que os apoiam. Refiro-me lògicamente aos partidos políticos no exterior. Digo isso e julgo com legitimidade porque, quem acompanhou todo o processo da luta desde 1975 sabe que, a um dado momento, no interior, compatriotas que eram da UDT, APODETI, KOTA e o PT, no interior, juntaram-se à FRETILIN na luta armada contra o ocupante, nas fileiras da guerrilha, as FALINTIL, que era o braço armado da FRETILIN. Os líderes da Fretilin, nomeadamente o Comandante Xanana, compreenderam e apreenderam com a realidade, no sentido de que já não fazia sentido continuar a falar de FRETILIN, que vinha liderando a luta armada desde 75, mas antes de uma frente comum. A realidade dos factos empurrou-os para outra realidade, a UNIDADE DOS TIMORENSES. Em substância, podemos dizer que foi assim que nasceu a estrutura actual da luta, com o CNRM, a CEL/FA, a CEL/FC e a CEL/FD. Aliás antes tinha surgido uma estrura precursora que era a Convergência Nacionalista, com alguns episódios de triste memória, para esquecer.

Quando abordamos a questão da representatividade, não podemos esquecer um dado importante, já atrás referido. O de apenas cerca de 3% da população timorense se encontrar no exterior, correspondendo a cerca de 17 a 19.000 timorenses, números inflaccionados. Destes, apenas entre 1700 a 2000, vivem em Portugal, ou seja uma percentagem da ordem dos 0,3%. Mais que insignificante. Os restantes vivem na Austrália. O número de timorenses espalhados pelo mundo é inexpressivo. Se todos os timorenses no exterior apoiassem um partido político qualquer, representaria este partido apenas 3% da população timorense.

A maioria dos timorenses, pelo menos em Portugal, têm uma postura apática e de indiferença relativamente aos partidos políticos. Na Austrália, julgo, a situação deve ser semelhante. Cada partido, no exterior, na melhor das hipóteses deve representar em termos percentuais, 0,00 qualquer coisa. Está pois claro que, por uma questão de honestidade intelectual, os partidos políticos, melhor os dirigentes políticos não representam ninguém a não ser a eles próprios. Quando muito, meia dúzia de indivíduos que os apoiam. Umas poucas dezenas de pessoas que cada partido, no exterior, consegue reunir não pode legitimar qualquer tipo de representação em nome do povo. Mostra que os timorenses têm pouco crédito nos partidos existentes no exterior. Portanto, é abusivo e desonesto falar em nome desse povo. Aliás, quero lembrar aos compatriotas, por uma questão de coerência da nossa luta que, se continuarmos nesta linha, estamos a fornecer argumentos válidos à Indonésia que nunca se cansou e continua a proclamar aos quatro ventos que o referendo sobre a integração de Timor-Leste na Indonésia já tinha sido efectuado em 1975. E que os partidos políticos subscritores da declaração de Balibó (UDT, APODETI, KOTA e PT (Partido Trabalhista), representavam a maioria do povo. Quem é que pode ignorar esta argumentação da Indonésia? É ou não é verdade isso? Se é verdade, então sou de opinião que os partidos políticos, de uma vez por todas se declarem pùblicamente que, neste momento da luta, e desde que, os seus dirigentes foram obrigados a retirar-se do território nacional, como consequência de uma invasão militar estrangeira, perderam qualquer tipo de representatividade do povo de Timor. Lembro novamente o que foi dito atrás. Os dirigentes da UDT, APODETI, KOTA e PT foram coagidos a assinarem o referido documento. O falecido presidente do KOTA, José Martins, em várias ocasiões se referiu a esse facto, na imprensa portuguesa, e julgo que também na imprensa estrangeira. Aliás o documento apresentado pelo KOTA às Nações Unidas referiu-se a este facto de uma forma muito esclarecedora que não deixa dúvidas a ninguém. Chegados a este ponto, carece esclarecer quem de facto representa a Resistência e o povo de Timor no exterior, e como se adquire esta legitimidade?

A REPRESENTATIVIDADE DO CNRM E A IGREJA CATÓLICA DE TIMOR

12. - Pessoalmente não tenho qualquer dúvida que quem representa a Resistência é o CNRM com as suas três estruturas executivas CEL/FA, CEL/FC e CEL/FD e a Igreja Católica de Timor.

Porque o CNRM? Porque nasceu no interior da Pátria ocupada onde estão os 98% da população; porque toda a população do interior está a trabalhar de uma forma eficaz no seio das duas estruturas da Resistência no terreno, CEL/FA e CEL/FC, sem qualquer identificação política partidária, lutando pela Autodeterminação; mostram de facto uma unidade no terreno quando se trata de combater o inimigo, relegando para plano secundaríssimo a cor partidária; se ainda restam algumas dúvidas apelo para a observação dos factos ao longo dos 23 anos de luta, principalmente com o massacre de Novembro de 1991, a ocupação das embaixadas pelos estudantes, as soblevações dos estudantes, as manifestações públicas no terreno, dando a cara, sabendo que a seguir poderá ser mais um a ser preso e torturado; a guerrilha que continua viva!!! Isto tudo é o que se passa no interior. Se não existisse essa clareza de estratégia de unidade a luta seria impossível em Timor-Leste. E no exterior? Não resisto em citar novamente as palavras do nosso Líder Xanana: *"Os timorenses no exterior estão mais preparados para fazer discursos sobre a valentia, a coragem e a determinação do nosso povo, sem perceber que esse preço exige que todos quantos temos o dever de o representar, nos esqueçamos de nós mesmos ... e nos portemos como combatentes da Pátria, aptos a sacrifícios, aptos a sacrificar pequenos interesses..."* (**Parágrafo 11**).

No exterior devíamos fazer exactamente como os que estão no interior, lutando pela nossa Autodeterminação. Sim, primeiro lutar pelo reconhecimento do nosso direito à Autodeterminação!!! Depois as questões menores, no momento actual, questões partidárias. Temos no exterior uma estrutura que devia ser respeitada e reforçada por todos os timorenses no exterior a CEL/FD, Comissão Executiva da Luta/Frente Diplomática; Essa Frente Diplomática é constituída pelos dois partidos UDT e FRETILIN e o CNRM; Todos os políticos e os timorenses em geral deviam dar o seu apoio incondicional e acarinhar essa estrutura que se encontra no exterior. Do meu conhecimento penso que é a única estrutura de unidade dos timorenses, na diáspora; Mas para nossa admiração, foi criada por iniciativa dos que estão no interior! As pessoas que integram esssa frente, por outro lado, deviam trabalhar com vista a promover a discussão permanente com a comunidade sobre temas de momento importante, mobilizando-a permanentemente para acções de impacto e desgaste, nos media, da política do regime da Indonésia, fazendo ressaltar a sua imagem negativa. Por exemplo, recentemente, o problema dos sucessivos crasches das bolsas asiáticas, com a Indonésia a sofrer talvez o maior revés económico da sua história, a comunidade esteve estática e apática perante este facto político tão importante. Os políticos dos partidos remeteram-se ao silêncio, sem iniciativas próprias, sem qulquer acção de mobilização dos timorenses; não se viu nenhuma acção da comunidade para assinalar esse facto tão a nosso favor!!! Isto tudo acontece porque a comunidade timorense no exterior ainda não aprendeu que a unidade é importante.

Quero aqui lembrar o maior espectáculo de tristíssima memória, - que tem a haver com a imaturidade política, protagonismo fácil, mediocridade na política, insensibilidade pelo sofrimento dos que estão no interior, incapacidade de sentir a dor dos nossos compatriotas, - que foi o rol declarações e contra declarações, muitas das vezes patéticas, na imprensa, depois do massacre de Novembro de 1991. Espero vivamente com esta lembrança, para quem me está a ler, e caso seja um político ou com pretensões a isso, que a PRUDÊNCIA É BOA CONSELHEIRA, como diz o povo, com o saber da experiência. Façamos todos um esforço sério para que coisas deste género não se repitam, porque só deixam marcas muito negativas e destrutivaas da unidade e pior do que isso um descrédito internacional face a nossa luta. *"O que tem vindo a marcar a imagem da Resistência são as declarações contraditórias e paradoxais que, as vezes, aparecem na boca de vários dirigentes para definir a falta de coesão intelectual, para definir o esbanjamento de ideias que se acumularam não só como um resultado de análises da luta mas como uma necessidade política de diferenciação de ideias."* **(Xanana, Carta ao GMRT-LS, parágrafo 3)**

Quanto à Igreja Católica Timorense é reconhecido por todos o seu protagonismo na defesa dos direitos humanos em Timor-Leste. É reconhecido por todos o trabalho de denúncia, de uma forma sistemática das violações, das perseguições, dos desaparecimentos; partilha o sofrimento com o povo, em todos os momentos de dor. As imagens transmitidas na Televisão da assunção pública de uma atitude demarcadamente ao lado do sofrimento, dos oprimidos, arriscando a vida, dispensa discursos. Os exemplos são nuitos, e o reconhecimento mundial culminou, como todos sabemos e que muito nos honra como povo, com o Prémio Nobel a D. Ximenes Belo.

A IDEIA DO GOVERNO SOMBRA

No parágrafo 36 da carta ao GMRT-LS, o Comandante Xanana advoga a necessidade de um Governo Sombra. Na palestra organizada na Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra o representante da Resistência no Exterior, Dr. Ramos Horta referiu-se ao Governo Sombra. Esta ideia tem suscitado algumas vozes discordantes; mas igualmente acolhe um sector favorável a que me incluo.

Coloca-se a..questão de como será organizado esse Governo Sombra. Pessoalmente, a ideia de Governo Sombra parece-me excelente desde que a sua formação obedeça a critérios bem definidos, e nesta fase da luta, tenha em atenção dois aspectos importantes: o primeiro é criar uma estrutura com vocação para no futuro poder exercer as funções de um Governo de Unidade Nacional na fase transitória, fase de preparação das eleições livres para a constituinte; o segundo, criar uma estrutura com uma função catalisadora das atenções da comunidade internacional para o problema de Timor-Leste, emitindo de uma forma coordenada e sistemática opiniões fundamentadas sobre assuntos importantes relacionados com áreas diversas da problemática timorense. Sabemos hoje, e é visível, que o Dr. Ramos Horta é a única personalidade que trabalha com profissionalismo na questão de Timor-Leste no exterior. É fundamental que apareçam mais vozes responsáveis, de dedicação exclusiva a questão de Timor-Leste. A ideia de dedicação exclusiva remete-nos para o problema da "profissionalização" na política. Penso que deve constituir consenso para todos os timorenses a ideia de criar uma estrutura qualquer com sectores especializados para onde são chamados timorenses com qualificação profissional que desenvolveriam dentro da área do seu conhecimento, projectos para o futuro governo de transição. Esta ideia pode ser materializada através do Governo Sombra. Não tenho dúvidas quanto a utilidade de um Governo Sombra se for estudado para cumprir aqueles objectivos.Também acredito que, se for bem pensado e organizado com espírito aberto, desempenhará outra função importante para além daquelas que foram apontadas anteriormente; a de reunir os timorenses válidos numa estrutura e torná-los responsáveis perante a comunidade timorense. Mas como financiar uma estrutura deste tipo, necessàriamente complexa, envolvendo verbas avultadas?

Como será organizado este Governo Sombra? Que tipo de estruturas deve integrar? Como é composto? Que tipo de tarefa ou tarefas irá executar? Quais os objectivos a curto, médio e longo prazo?

Nos países de regime democrático, um governo sombra é aquele que é organizado normalmente dentro das estruturas do maior partido ou partidos em coligação, na oposição ou no poder, com o fim de criticar no primeiro caso ou apoiar no segundo, as decisões e actuações do governo constituído, com o objectivo de mobilizar a opinião pública para as conveniências políticas conjunturais. Ora o chamado governo sombra que o Líder da Resistência se refere não terá obviamente as características apontadas, porque a situação de guerra, eu diria de estado de sítio permanente em Timor-Leste, não permite o livre exercício do debate político. Logo, o governo sombra que se pretende é um governo com características embrionárias do futuro Governo de Unidade Nacional, de que fala o Comandante Xanana.

Como será então organizado este governo por forma a torná-lo também um poderoso instrumento de luta pela autodeterminação, e lateralmente, acometer-lhe funções mais de médio e longo prazo, - *o estudo e elaboração de projectos em diversas áreas, como por exemplo na agricultura, no aproveitamento dos nossos recursos, na educação, na saúde, na indústria artesanal tornando-a mais profissional e competitiva, enfim um mundo ainda por descobrir e a espera de muitas toneladas de energias* - utilizando prioritariamente os próprios recursos humanos timorenses incluindo os que se encontram a prestar serviço na administração portuguesa. Um governo sombra com as características apontadas deve ter no seu horizonte de actuação dois aspectos políticos importantes: o primeiro é o da definição de estratégias políticas de curto prazo e a prestação rápida e eficaz a nível de informações e tomadas de posição política relativamente a acontecimentos importantes com relação a Timor-Leste; serão chamados para esta estrutura, principalmente indivíduos com perfil essencialmente político; Terá necessàriamente uma actividade mais mediática; o segundo aspecto prende-se com a preparação cuidadosa, longe das luzes da ribalta, de projectos que ficarão em carteira para o futuro de Timor-Leste; as pessoas que compõe esta estrutura terão um perfil essencialmente técnico com capacidade de planificação. É uma actividade mais apagada, morosa, de investigação, mas com grande impacto no futuro de Timor-Leste. Constituem a rectaguarda, produzindo um trabalho essencialmente de apoio ao sector político.

A importância e delicadeza de um Governo Sombra, deve preocupar todos os timorenses. É importante que todos reflictam com humildade e de uma forma honesta e séria, no sentido de participar activamente com ideias na próxima reunião em Março ou Abril, na Convenção, onde será eleito um órgão representativo da sociedade timorense. Em minha opinião esse órgão deverá obrigatòriamente ser sancionada pelo líder da Resistência e pelas estruturas de momento operantes no interior a CEL/FA e a CEL/FC. Mais uma vez, Ramos Horta referiu-se ao Governo Sombra no Diário de Notícias e Jornal Público de 30/01/98. Em minha opinião, o importante é a criação de uma estrutura sólida capaz de congregar consensos, para que esse órgão possa ser realmente respeitado por todos. É necessário um trabalho muito sério onde não se pode misturar interesses partidários ou pessoais em detrimento do interesse comum. É muito importante ter sempre presente que no interior vive cerca de 98% da população, e que o dever dos que estão no exterior é trabalhar àntes de mais como timorenses, despidos de qualquer camisola partidária, de uma forma séria, honesta e dedicada, para acabar de vez com o genocídio no interior: Este é o objectivo primário. A função principal do governo sombra, o sector político, não pode ser outra senão a de conseguir na arena internacional apoio político a nossa tese há muito defendida com o plano de paz da Fretilin em Março de 1983, cujo texto a seguir transcrevo, com as devidas interpretações adaptadas ao momento político que vivemos:

"I. No âmbito das Resoluções 1514 (XV) e 1541 (XV) da Assembleia Geral da ONU, sob a mediação do Secretário Geral desta Organização, deverão ser encetadas conversações directas entre Portugal, Indonésia e FRETILIN, no quadro das Nações Unidas para debater:

a. - A constituição de uma força de Paz da ONU ou uma Força Multinacional, devendo assegurar a sua imparcialidadde como condição indispensável para garantir e viabilizar:

- *O funcionamento de uma Administração Transitória*
- *A implementação correcta das decisões tomadas ao longo do Processo de Diálogo sobre o estacionamento das forças beligerantes - as FALINTIL e as Forças Armadas Indonésias*

b. - A organização de consultas livres e democráticas ao Povo Maubere

c. - A marcação de uma data para a transferência da soberania

II. Reserva-se à Austrália o direito de participação nas Conversações como Observador

III. Mais observadorres poderão ser aceites desde que propostos em igual número por cada uma das partes referidas no ponto I e acordados por todos."

É evidente que Este Plano de Paz da FRETILIN já distanciado no tempo de cerca 15 anos carece naturalmente, como em tudo, de uma actualização do seu texto. É um dos pontos que todos os timorenses devem dedicar algum tempo e inteligência para reflectir de forma individual ou colectivamente na discussão da Convenção em Março ou Abril próximo.

O funcionamento das estruturas que integram esse governo deve pautar-se por regras simples e práticas. As próprias estruturas não devem ser pesadas, para poderem permitir maior intercomunicabilidade entre elas, permitindo uma resposta mais rápida e eficaz às situações. No momento actual da luta, esse governo sombra deverá ter um sector de imprensa bem organizado e muito activo; um sector para a actividade política internacional que deverá integrar, para além dos tradicionais elementos do CNRM, da FRETILIN e da UDT, outras sensibilidaddes políticas, - que no passsado defenderam a integração à Indonésia, mas que no presente já deram provas mais que suficientes de lutar pela Autodeterminação, - continuando o Dr. Ramos Horta a dirigir os trabalhos no exterior; É fundamental outras sensibilidaddes políticas, timorenses de reconhecido valor, não oportunistas que surgem sempre nestas ocasiões. Estas são algumas das ideias que lanço para a discussão esperando que outros timorenses façam a mesma coisa para com a unidade não apenas estratégica mas consciente de todos possamos libertar a nossa pátria. **A tarefa urgente é acabar com o genocídio.**

TRABALHO DE REFLEXÃO QUE CONTINUA ....

Coimbra, 31 de Janeiro de 1998.-

31/01/98